

**AS CRÍTICAS NO “ÚLTIMO” ISEB AO PROJETO NACIONAL-  
DESENVOLVIMENTISTA DE HÉLIO JAGUARIBE**

Tâmara Galdino Bringel<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo apresenta as principais críticas que os autores pertencentes à chamada “segunda fase” do Iseb (1960 a 1964), Nelson Werneck Sodré, Sylvio Monteiro e Wanderley Guilherme, realizaram ao projeto nacional-desenvolvimentista elaborado por Hélio Jaguaribe, na “primeira fase” do Instituto (1955 a 1960). Também mostra, a partir da análise de documentação primária, semelhanças e/ou diferenças entre as concepções teóricas defendidas em ambas as fases do Iseb. Com isso, constatamos que as oposições dos últimos isebianos às propostas de Jaguaribe estão relacionadas ao seu anti-populismo, à aceitação do capital externo na economia brasileira, ao anti-imperialismo e demais aspectos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Iseb. Desenvolvimentismo. História do pensamento econômico brasileiro. Subdesenvolvimento.

### **Introdução**

Em meados da década de 1950 foi fundado, no Brasil, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), um importante órgão público preocupado em formular um projeto de desenvolvimento econômico, político e social para o país. Em 1959, após cinco anos de existência, o Iseb passou por um momento de ruptura: a saída de dois importantes intelectuais, Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos. Esse acontecimento dividiu a história do Instituto em duas fases. A primeira, de 1955 até 1960, caracterizada pela hegemonia do projeto nacional-desenvolvimentista formulado por Hélio Jaguaribe; e a segunda fase, de 1960 a 1964, quando os isebianos passaram a adotar uma perspectiva assumidamente anti-imperialista (LOVATTO, 2010)<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Fundação Santo André (Fsa), Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Santo André – SP – Brasil. Bacharelada e licenciada em História. Universidade Federal do ABC (Ufabc), Santo André – SP – Brasil. Mestranda em Ciências Humanas e Sociais com ênfase em desenvolvimento. tamara.bringel@ufabc.edu.br.

<sup>2</sup> Assim como Angélica Lovatto, dividimos a história do Iseb em duas fases. Porém, adotamos essa divisão utilizando datas históricas (primeira fase: 1955 a 1960 e segunda fase: 1960 a 1964). Já Lovatto emprega o termo “juscelinista” para qualificar a primeira fase e os termos “último Iseb” para caracterizar os anos finais do Instituto. Nossa decisão por assumir tal periodização decorre do objetivo desse artigo. A intenção é evidenciar como as obras de Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré, Sylvio Monteiro e Wanderley Guilherme estão associadas à cada fase do Iseb, de acordo com suas datas de publicação.

Pretendemos apresentar, neste artigo, as principais críticas que alguns autores pertencentes ao “segundo” Iseb realizam ao projeto nacional-desenvolvimentista de Hélio Jaguaribe. Propomos, também, reconhecer as concepções defendidas nas duas fases do Instituto, apresentando suas semelhanças e/ou diferenças.

Para tanto, o artigo está dividido em quatro partes. Expomos, primeiramente, um breve histórico do Iseb. Em seguida, apresentamos as propostas do projeto nacional-desenvolvimentista elaboradas por Hélio Jaguaribe em sua principal obra *O nacionalismo na atualidade brasileira* de 1959. Posteriormente, identificamos as críticas ao projeto de Hélio Jaguaribe realizadas por Nelson Werneck Sodré, Sylvio Monteiro e Wanderley Guilherme nas respectivas obras *Raízes históricas do nacionalismo no Brasil*, *Como atua o imperialismo ianque?* e *Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil*<sup>3</sup>, todas publicadas durante a última fase do Instituto, nos anos de 1960 e 1963. Por fim, realizamos um breve balanço das características de cada fase do Iseb.

Este é o caminho que trilhamos para apresentar as principais críticas dos últimos isebianos ao projeto de Hélio Jaguaribe. No entanto, não negamos a existência teórica e a importância analítica de outros nomes do “primeiro” Iseb, como Guerreiro Ramos, Ignácio Rangel, Ewaldo Correia Lima, Cândido Mendes e etc. Contudo, optamos por seguir as literaturas isebianas basilares (Caio Navarro de Toledo, Alzira Alves de Abreu, Luiz Carlos Bresser-Pereira) e centrar nossa análise no projeto hegemônico pertencente à “primeira fase” do Instituto, isto é, o nacional-desenvolvimentismo de Hélio Jaguaribe.

### **Do surgimento ao fechamento do Iseb**

O Iseb foi criado no dia 14 de julho de 1955 pelo presidente Café Filho e extinto em 13 de abril de 1964, após a instauração do regime militar no Brasil. Desde sua fundação, no

---

<sup>3</sup> Três justificativas explicam nossa escolha por essas obras: 1) Nelson Werneck Sodré, assim como Hélio Jaguaribe, contribuiu para a interpretação do nacionalismo brasileiro. Esse tema foi incorporado ao Iseb como elemento essencial para superação do subdesenvolvimento. Porém, o nacionalismo foi interpretado de distintas maneiras no Iseb e essas distinções estão problematizadas na obra *Raízes históricas do nacionalismo Brasileiro* de Sodré; 2) Já que a segunda fase do Iseb é assumidamente anti-imperialista, consideramos relevante contrastar a proposta nacional-desenvolvimentista de Hélio Jaguaribe ao livro de Sylvio Monteiro, que discute abertamente as consequências da aplicação de capitais estrangeiros em uma economia subdesenvolvida; e 3) Wanderley Guilherme é um dos principais críticos ao projeto nacional-desenvolvimentista de Hélio Jaguaribe e sua obra representa certa viragem teórica dentro do Iseb.

## AS CRÍTICAS NO “ÚLTIMO” ISEB AO PROJETO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA DE HÉLIO JAGUARIBE

Rio de Janeiro, o Instituto esteve ligado ao Ministério da Educação e Cultura, mas funcionando com autonomia e liberdade de pesquisa. Inicialmente, o Iseb contava com a coordenação de Álvaro Vieira Pinto (1909-1987) no Departamento de Filosofia; Hélio Jaguaribe (1923-) no Departamento de Ciência Política; Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982) no Departamento de Sociologia; Ewaldo Correia Lima (1915-1992) no Departamento de Economia; e Cândido Mendes de Almeida (1928-) no Departamento de História, além da coordenação de Roland Corbisier (1914-2015) e a participação dos intelectuais: Ignácio Rangel (1914-1994), Rômulo de Almeida (1914-1988), Nelson Werneck Sodré (1911-1999), entre outros (TOLEDO, 2005).

Os intelectuais que compunham esse Instituto apresentavam posições teóricas e políticas heterogêneas<sup>4</sup>, mas tinham a preocupação comum de debater as estratégias do desenvolvimento. Assim, eles pretendiam originar um pensamento genuinamente brasileiro e atuar de forma prática no país, sem suprimir essas divergências teóricas e políticas.

A partir do governo de Juscelino Kubitschek, em 1956, o Iseb tornou-se o principal centro de pensamento desenvolvimentista e nacionalista do Brasil, fundamentalmente preocupado com a industrialização e a superação do subdesenvolvimento (ABREU, 2005). No intuito de difundir suas propostas, durante seus quase nove anos de existência, o Instituto publicou livros e coleções<sup>5</sup>, realizou conferências, seminários de estudos, pesquisas, debates públicos. Ofereceu também cursos às Forças Armadas, sindicalistas, religiosos, parlamentares, empresários, funcionários públicos, professores universitários e do ensino médio, trabalhadores e estudantes (TOLEDO, 2005).

No entanto, a problemática relacionada ao tipo de desenvolvimento que o Brasil deveria seguir se expôs em 1959, após a publicação de Hélio Jaguaribe, chamada *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Essa obra suscitou a discussão em torno do monopólio

---

<sup>4</sup> Segundo Bresser-Pereira, “Werneck Sodré era comunista; Sodré, Vieira Pinto e Ignácio Rangel eram marxistas e Vieira Pinto e Mendes de Almeida eram declaradamente católicos” (BRESSER-PEREIRA, 2004, p.5). Já Caio Navarro de Toledo afirma que no Iseb “conviviam liberais, comunistas, socialdemocratas, católicos progressistas (alguns deles, recém ingressos do integralismo) etc.” (TOLEDO, 1982, p.30).

<sup>5</sup> De acordo com o recenseamento bibliográfico realizado por Edison Bariani Junior (2005), o Iseb publicou mais de 45 livros e duas coleções: *História Nova do Brasil*, composta por seis volumes, e *Cadernos do Povo Brasileiro*, composto por 26 títulos. Esse levantamento está disponível no link:

<[http://www.achegas.net/numero/vinteeseis/anexo\\_bib\\_iseb\\_26.htm#\\_edn4](http://www.achegas.net/numero/vinteeseis/anexo_bib_iseb_26.htm#_edn4)>. Acesso em: 9 fev. 2018.

estatal do petróleo. O dilema era aceitar ou não a participação do capital estrangeiro e de empresas e tecnologias estrangeiras na economia brasileira (LOVATTO, 1997).

Diante desse cenário, Hélio Jaguaribe sustentava que a presença de capitais e empresas estrangeiras, desde que dirigidos pelo Estado, poderia acelerar o ritmo do desenvolvimento (JAGUARIBE, 1959). Entretanto, essa posição causou confrontos e críticas por parte dos intelectuais mais nacionalistas do Instituto, que defendiam um país econômica e politicamente independente das forças externas. Esses confrontos geraram uma crise interna que levou à saída de Jaguaribe e Guerreiro Ramos em 1959, representando o fim da “primeira fase” do Iseb (1955-1959), que é marcada, principalmente, pela difusão do projeto nacional-desenvolvimentista.

A partir de 1962, com direção do filósofo Álvaro Vieira Pinto e do historiador Nelson Werneck Sodré, o Iseb entrou em sua fase derradeira<sup>6</sup>, deslocando-se definitivamente à esquerda no campo político e ideológico. Com isso, os isebianos passaram a enfatizar cada vez mais os propósitos anti-imperialistas<sup>7</sup>. Nessa última fase, o Iseb aproximou-se de frentes políticas e movimentos sociais, como a UNE, os sindicatos, as ligas camponesas e o PCB, além de apoiar as reformas de base (agrária, política, universitária e bancária) conduzidas por João Goulart, a partir de 1961 (TOLEDO, 2005).

Todavia, após a instauração do governo militar em 1964 e sob decreto do Ato Institucional que suspendia os direitos políticos no Brasil, o Iseb foi fechado por ser classificado como uma instituição “subversiva”. Sua sede foi destruída, além de ter seus livros, arquivos e documentos apreendidos ou queimados pelos militares. Alguns isebianos foram presos, torturados ou exilados, outros sofreram perseguições políticas e todos perderam o direito de lecionar (SODRÉ, 1978).

---

<sup>6</sup> De 1955 até 1962, o Iseb foi coordenado por Roland Corbisier e de 1962 até 1964, o Iseb foi coordenado por Álvaro Vieira Pinto. Essa mudança na coordenação não significou que o Instituto paralisou seus debates. Como demonstraremos ao longo deste artigo, os últimos anos do Iseb representam uma mudança teórica dentro do próprio Instituto.

<sup>7</sup> Esses propósitos anti-imperialistas estão evidentes no conteúdo de diversos livros publicados durante os últimos anos do Iseb, como: *Por que os ricos não fazem greve?* de Álvaro Vieira Pinto publicado em 1962; *Quem dará o golpe no Brasil?* de Wanderley Guilherme dos Santos publicado em 1962; *Quem é o povo no Brasil?* de Nelson Werneck Sodré publicado em 1962; *Como atua o imperialismo ianque?* de Sylvio Monteiro publicado em 1963; *Que é o imperialismo?* de Edouard Andre Henry Joseph Bailby publicado em 1963, entre outros.

## O nacional-desenvolvimentismo de Hélio Jaguaribe

O Iseb estabeleceu-se durante o mandato do presidente Juscelino Kubitschek (1956 a 1961) e no auge de uma cena cultural e artística efervescente<sup>8</sup>. Diante desse ambiente, o Instituto voltado ao estudo da realidade brasileira foi muito bem aceito por amplos setores da opinião pública (ABREU, 2005, p.214).

Esses primeiros anos do Iseb foram marcados por uma vasta produção teórica voltada à elaboração de um projeto de desenvolvimento para o Brasil. Um dos intelectuais de destaque na criação desse projeto foi Hélio Jaguaribe, com sua proposta nacional-desenvolvimentista – a teoria hegemônica e mais difundida durante a “primeira fase” do Instituto.

A importância desse autor na história do Iseb se inicia com a criação do próprio Instituto, que tem origem no grupo de jovens intelectuais que se reunia em Itatiaia, no Rio de Janeiro, em fins da década de 1940, para discutir a problemática brasileira. Desse grupo formou-se, em 1953, o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp), com direção de Hélio Jaguaribe. Sem condições financeiras de se manter e com interesse em ampliar suas atividades, o Ibesp precisou tornar-se uma instituição pública. Após aprovação de Cândido Motta Filho, ministro da educação do governo de Café Filho, nasceu o Iseb que, de acordo com Mendes Almeida, deu espaço “a denúncia do intelectual em comprometimento objetivo com a ruptura do *status quo*” (ALMEIDA, 2005, p.14).

Embora a coordenação do Instituto estivesse, inicialmente, a cargo de Roland Corbisier, Jaguaribe continuava como liderança teórica<sup>9</sup> e suas ideias exerciam grande influência nos estudos isebianos. Segundo Caio Navarro, Hélio Jaguaribe foi um dos autores

---

<sup>8</sup> Entre o final da década de 1950 a início da década de 1960, o Brasil vivenciou um período de grande produção cultural. Nessa época, consolidou-se o Cinema Novo, consagrando diretores como Glauber Rocha. No teatro destacaram-se os grupos Arena e Oficina. No âmbito da literatura lançavam-se obras como *Grande Sertões Veredas*, de Guimarães Rosa e *Laços de família*, de Clarice Lispector. Na arquitetura erguia-se a nova capital Brasília, enquanto nas artes plásticas despontava o movimento neoconcreto. Assistia-se, também, o despontar da bossa nova com Vinicius de Moraes, Tom Jobim, Chico Buarque, Edu lobo, entre outros.

<sup>9</sup> De 1955 a 1958, o Iseb desenvolveu-se predominantemente sob orientação de Hélio Jaguaribe. Sua influência no Instituto era tão grande que, embora não exercesse o papel de coordenador, suas ideias delineavam o caminho de alguns estudos isebianos. Nas próprias palavras de Jaguaribe: “Roland Corbisier, diretor do Instituto por mim escolhido, coincidia, então, com minhas ideias e posições. O mesmo caberia a Edwaldo Correia Lima, dirigindo os estudos econômicos, Guerreiro Ramos, os sociológicos e Candido Mendes, a história” (JAGUARIBE, 2005, p.34).

que “mais contribuíram para definir o perfil teórico-metodológico e as intenções *originais* do Iseb” (TOLEDO, 1998, p. 271). Enquanto esteve no Instituto, as principais produções de Hélio Jaguaribe foram *A Filosofia no Brasil* de 1957, *Condições institucionais do desenvolvimento* de 1958 e *O nacionalismo na atualidade brasileira*, livro mais importante do autor, também de 1958. Nesta obra residem os aspectos fundamentais de sua proposta nacional-desenvolvimentista, seus objetivos, sua concepção de nacionalismo e seu projeto para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Em *O nacionalismo na atualidade brasileira*, Jaguaribe denominava o Estado brasileiro da década de 1950 como um *Estado Cartorial* gerado pelo semicolonialismo e pelo subdesenvolvimento. Esse Estado seria responsável por manter uma estrutura fundada na exportação de bens primários. Seus serviços públicos, no lugar de atender às necessidades da população, funcionavam como “manipulação das clientelas eleitorais destinados a perpetuar os privilégios da classe dominante” (JAGUARIBE, 1958, p. 41). O *Estado Cartorial* era um obstáculo para o novo Brasil que pretendia abolir sua condição agrícola e almejava desenvolver sua indústria e seus próprios processos produtivos. Além disso, a continuidade da ordem cartorial entrava em contradição direta com o nacionalismo, que exigia a soberania externa e a promoção do desenvolvimento.

Para extinguir esse Estado arcaico, Jaguaribe defendia a urgência de uma reforma política e a constituição do *Estado Funcional* que possibilitasse o desenvolvimento do país por meio da eficácia e da objetividade. Esse Estado nasceria da difusão da ideologia nacional-desenvolvimentista. Por isso, o nacionalismo, segundo Jaguaribe, não deveria ser compreendido enquanto expressão de características brasileiras. Ele era, na verdade, “um meio para atingir um fim: o desenvolvimento. E como tal deve[ria] ser exercido mediante o emprego dos instrumentos mais adequados para a realização desse fim” (JAGUARIBE, 1958, p. 41).

Se o desenvolvimento era o propósito do projeto de Hélio Jaguaribe, os meios para alcançá-lo não estavam relacionados ao uso exclusivo de recursos nacionais. Independentemente da origem desses recursos, segundo o autor, o importante era a eficácia dos agentes (internos ou externos) no processo de desenvolvimento. Nesse sentido, a

exploração do petróleo poderia ser realizada por empresas estrangeiras desde que o fim, isto é, o desenvolvimento, fosse conquistado. Nas palavras do próprio Jaguaribe:

[...] o que torna nacionalista a atual política do petróleo não é o fato de a Petrobrás ser uma empresa do Estado brasileiro, dirigida por brasileiros natos, etc. Em tese, a política nacionalista do petróleo poderia ser realizada pela *Standard*, ou qualquer outra empresa, desde que, concretamente, na situação presente do país, essa fosse a forma mais eficaz de explorar o petróleo brasileiro e proporcionar à economia nacional o pleno uso e controle da matéria-prima. O que torna nacionalista a atual política do petróleo, ao contrário, é o fato de que, nas condições do país e na atual conjuntura internacional, somente a Petrobrás, dotada das facilidades que dispõe, nos pode assegurar a mais eficiente exploração do petróleo e proporcionar a nossa economia o pleno uso e controle desse combustível. [...] O nacionalismo [...] só se realiza na medida em que se reconhece seu fim, que é o desenvolvimento, e para isso deve utilizar-se de todos os meios apropriados, seja qual for a origem dos agentes, desde que, nas condições concretas, se revelem os mais eficazes (JAGUARIBE, 1958, p.52).

Segundo Jaguaribe, o Brasil era, na década de 1950, um país “subcapitalizado”. Essa condição de “subcapitalização” decorria da “carência de capitais poupáveis ao consumo e aplicáveis em investimento reprodutíveis” (JAGUARIBE, 1958, p. 36). Portanto, o estágio de subdesenvolvimento só seria superado com a utilização de capitais externos, que funcionariam como incremento na capacidade de investimentos nacional. No entanto, o autor deixava claro que não era adequado considerar o capital estrangeiro enquanto o único e fundamental elemento do desenvolvimento econômico. Para ele, era preciso compreender esse capital como “valioso fator auxiliar, tanto mais útil quanto mais possível nos for enquadrar a sua participação na linha de nossas conveniências nacionais” (JAGUARIBE, 1958, p. 205).

Jaguaribe também explicitava, em seu projeto nacional-desenvolvimentista, a aceitação de empresas externas no ramo bancário brasileiro. Nesse caso, os bancos estrangeiros teriam de se adequar a algumas exigências, como a “aplicação mínima de recursos em favor de firmas nacionais, ou a transferência compulsória de parte de seus depósitos para bancos brasileiros” (JAGUARIBE, 1958, p. 54). Além disso, os problemas dos

capitais estrangeiros poderiam ser resolvidos com “a eliminação do seu efeito espoliativo” e “a correção do efeito cambial negativo”<sup>10</sup> (JAGUARIBE, 1958, p. 211).

Sendo assim, para Jaguaribe, o capital estrangeiro não configurava uma oposição ao desenvolvimento e aos interesses nacionais, já que ele estaria subordinado às exigências do Estado brasileiro ou ao capital nacional. Portanto, é possível afirmar que o autor compreendia as relações capitalistas, assim como a presença das forças externas nos diversos ramos da economia, mas não reconhecia os obstáculos que a intervenção dos grandes monopólios causaria à execução de seu projeto nacional-desenvolvimentista. Tratar-se-ia, para Jaguaribe, da possibilidade de um sistema capitalista não imperialista.

Essas defesas, somadas à aceitação de recursos estrangeiros na exploração do Petróleo e a preservação de empresas internacionais no ramo bancário, levou Hélio Jaguaribe a ser considerado “entreguista” pelos intelectuais mais nacionalistas do Iseb. Outro motivo, que corrobora com essa caracterização de Jaguaribe, é a maneira como ele expõe a controvérsia entre o nacionalismo e a oposição. O termo “cosmopolitas” é utilizado em toda a obra para designar as tendências antinacionalistas, pois, desta forma, o autor acreditava ser possível excluir “qualquer implicação valorativa” ao debate sobre o desenvolvimento brasileiro. No cosmopolitismo o progresso do Brasil dependeria do investimento estrangeiro. Por isso, o país deveria aceitar capitais e tecnologias vindas especialmente dos Estados Unidos, seguindo o exemplo do que ocorria no Canadá. De acordo com a ‘teoria cosmopolita’, o nacionalismo radical valorizava excessivamente a capacidade tecnológica e os investimentos brasileiros, defendendo um tipo de capitalismo de Estado e concedendo ao poder estatal a responsabilidade de desenvolver economicamente o país.

---

<sup>10</sup> Segundo Hélio Jaguaribe, a eliminação do efeito espoliativo poderia ocorrer “mediante uma correção do sistema que confere aos investimentos registráveis privilégio de remessa ilimitadas de lucros, pelo câmbio de custo correspondente à taxa de 10% a/a do capital registrado. Tal correção poderá ser feita mediante a fixação de um limite de remessas, pelo câmbio de custo, sobre o capital registrado, estipulando de tal sorte que proporcione aos investimentos a transferência, para o exterior, de um montante correspondente à repatriação do capital e a uma razoável remuneração do investimento” (JAGUARIBE, 1959, p.211). Sobre o *déficit* cambial Jaguaribe explica que “as vantagens do capital estrangeiro não são determinadas unicamente pela formação de saldos cambiais favoráveis. [...] tais saldos se revestem de maior importância para o Brasil, enquanto persistirem os desequilíbrios estruturais que afetam nosso balanço de pagamentos. Para corrigir o efeito cambialmente negativo dos capitais estrangeiros, a mais importante medida é a manutenção da independência entre o mercado livre e o oficial, restringindo-se aquele às operações financeiras” (JAGUARIBE, 1959, p.211).



O projeto nacional-desenvolvimentista de Jaguaribe também pressupunha que a burguesia brasileira, dentro do modelo capitalista da década de 1950, deveria promover o desenvolvimento econômico-social de acordo com duas condições: 1) “instaurar o desenvolvimento mediante a máxima eficácia da função empresarial” 2) oferecer uma política que “conduza o capitalismo brasileiro à maior compatibilidade possível com as exigências da democracia social e de massas [...] no sentido de reduzir os privilégios de classe e igualar as oportunidades” (JAGUARIBE, 1958, p. 99). Essas duas condições só se realizariam quando a burguesia industrial se tornasse liderança das demais classes, mobilizando a classe média e os trabalhadores no sentido de uma transformação econômico-social que eliminasse todas as formas de privilégios existentes no *Estado* Cartorial. Como ele explica:

Essa parecia a maneira pela qual se poderia conduzir a burguesia brasileira a um compromisso com a ideia de desenvolvimento que fosse profundamente vinculada a um projeto nacional no quadro mundial, e que tivesse ao mesmo tempo uma preocupação de mobilização das massas e elevação de suas condições de vida (JAGUARIBE, 2005, p.39).

Para Jaguaribe, a burguesia nacional representava a modernidade. Mas essa modernidade só seria colocada em prática por meio da industrialização que traria, conseqüentemente, o desenvolvimento para o Brasil. No entanto, o autor não questionava os interesses burgueses dessa industrialização e ignorava a luta entre as diferentes classes no processo de desenvolvimento que seria coordenado pela burguesia – segundo o autor, a classe mais eficiente e preparada para tal tarefa.

Em seu projeto nacional-desenvolvimentista, Jaguaribe também defendeu o anticomunismo. Para o autor, os países sob órbita da União Soviética sustentavam governos ilegítimos e despóticos que cerceavam as liberdades individuais. Por isso, toda ação do comunismo contra o Ocidente deveria ser respondida com repressão e apoio aos Estados Unidos. Esse posicionamento daria autonomia para o Brasil diante da União Soviética. No entanto, na leitura do autor, o comunismo passava por uma crise após a morte de Stalin e o surgimento de inúmeros movimentos de “desestalinização”. Assim estava comprovado, para Jaguaribe, que não haveria mais expansão do comunismo no mundo. A partir do momento em que o risco do comunismo deixasse de existir e o campo socialista apoiasse as reivindicações

dos países subdesenvolvidos, sem interferir internamente em seus negócios, o Brasil poderia estabelecer relações com os países do leste europeu (JAGUARIBE, 1959).

Frequentemente, o projeto nacional-desenvolvimentista de Hélio Jaguaribe é reconhecido como um dos mais importantes do Instituto e também o mais conservador (LOVATTO, 1997). Concordamos com essa última designação, já que ele contrariava a expansão do socialismo. No entanto, consideramos importante apresentar alguns de seus aspectos mais avançados, como a luta contra a elite agrária que mantinha o Brasil preso ao seu caráter agroexportador e ao dependentismo colonial. Além disso, Jaguaribe defendeu, nesse projeto, o aumento da qualidade de vida para toda população, a redistribuição mais justa da renda nacional, a revolução industrial, a superação da alienação cultural (importação mecânica de valores culturais elaborados pelos países mais desenvolvidos) e o aumento da capacidade de consumo com a industrialização. Esses foram, também, alguns dos aspectos defendidos nos últimos anos do Iseb. Portanto, é correto afirmar que existem convergências entre a proposta nacional-desenvolvimentista fundamentada por Hélio Jaguaribe no “primeiro Iseb” e as propostas legitimadas durante a última fase do Instituto. Logo, a história do Iseb não é marcada por fases rigorosamente distintas, uma vez que há similaridades teóricas ao longo dos seus quase nove anos de existência oficial.

Constatamos, também, que o nacional-desenvolvimentismo de Jaguaribe tem sentido oposto a um projeto leviano ou meramente interessado em vender o país ao exterior. Vale lembrar que Jaguaribe ponderou a necessidade de o capital externo estar subordinado ao interesse do Estado brasileiro, ou seja, o Estado seria responsável por racionalizar a condução e o destino desse capital. Isso mostra que Jaguaribe preocupava-se minimamente com a soberania do país. O maior problema está, de acordo com a nossa compreensão, em Jaguaribe acreditar na autonomia do Brasil diante do capital externo e não reconhecer a influência do imperialismo no subdesenvolvimento brasileiro.

### **O “segundo Iseb” e a crítica ao nacional-desenvolvimentismo de Hélio Jaguaribe**

O fim da chamada “primeira fase” do Iseb aconteceu entre 1958 e 1960, após a cisão interna que resultou na saída de Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos. O “último Iseb”, de 1960

a 1964, contou com menos recursos financeiros, conseqüentemente, menos cursos, palestras e publicações (TOLEDO, 2005), devido à posição e medidas do então presidente Jânio Quadros.

Além disso, essa última fase do Instituto estava inserida em um período histórico mais turbulento. O Brasil foi palco de sucessivas crises institucionais: a posse de Jânio Quadros, em janeiro de 1961; sua renúncia, em agosto do mesmo ano, a tentativa de impedir o governo de seu vice, João Goulart; e, por fim, o golpe civil-militar de 1964.

Nesse cenário, os isebianos envolveram-se diretamente na conjuntura política e social, atuando de forma concreta, na tentativa de intervir nos problemas daquele momento. Esse engajamento levou o Instituto a se articular com movimentos políticos e sociais da esquerda (SANTOS, 2005). No entanto, a guinada do Iseb não se deu apenas no plano prático, ela foi transformadora também em sua perspectiva teórica. Após 1960, o Instituto passou a defender um nacionalismo popular, com Nelson Werneck Sodré; denunciou as conseqüências do imperialismo aos países subdesenvolvidos, com Sylvio Monteiro; e criticou a natureza ‘burguesa’ do projeto nacional-desenvolvimentista, com Wanderley Guilherme<sup>11</sup>.

Nelson Werneck Sodré<sup>12</sup> em sua obra *Raízes históricas do nacionalismo no Brasil*, publicada em 1960,<sup>13</sup> considerou o nacionalismo enquanto a principal “saída para uma situação real difícil, cujos sintomas ocorrem na existência cotidiana” (SODRÉ, 1959, p.31). No Brasil de estrutura econômica “fortemente eivada de colonialismo” onde “as forças externas são o mais poderoso obstáculo ao nosso desenvolvimento [...] o nacionalismo apresenta-se, assim, como libertação” (SODRÉ, 1959, p.30).

---

<sup>11</sup> Nelson Werneck Sodré foi um dos principais intelectuais marxistas do Brasil. Exerceu a carreira militar entre os anos de 1948 e 1950, foi militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), integrou o grupo fundador do Iseb e foi diretor do Departamento de História desse mesmo Instituto. Já Wanderley Guilherme dos Santos era recém-graduado pela Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro, quando foi convidado pelo seu então professor Álvaro Vieira Pinto para integrar o Iseb. Durante nossa pesquisa não encontramos dados biográficos sobre Sylvio Monteiro.

<sup>12</sup> Este livro originou-se de uma aula inaugural do Curso Regular do Instituto proferida por Nelson Werneck Sodré em 12 de março de 1959, no auditório do Iseb, localizado no bairro de Botafogo, Rio de Janeiro. Essa aula aconteceu após o lançamento da polêmica obra *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira* de Hélio Jaguaribe. Assim, o livro de Nelson Werneck Sodré foi editado posteriormente à saída de Jaguaribe do Iseb.

<sup>13</sup> Segundo Caio Navarro, Nelson Werneck Sodré nunca foi influenciado “pela linguagem existencial” presente nos trabalhos isebianos da primeira fase. Para Caio Navarro, Sodré “sempre manteve uma postura independente no interior do Iseb”, por isso, ele nunca foi citado pelos isebianos, assim como nunca citou nenhum trabalho de seus colegas em suas produções. (TOLEDO, 1998, p.262).

Werneck Sodré, tal qual Hélio Jaguaribe, compreendia o nacionalismo enquanto elemento unificador das diferentes classes sociais. Para ele “o nacionalismo surge da necessidade de compor um novo quadro conjugando interesses de classe, reduzindo-os a um denominador comum mínimo, para a luta em defesa do que é nacional” (SODRÉ, 1959, p.33). Desta forma, Sodré afirma:

[...] É o imperativo de superar a contradição entre burguesia nacional e a classe trabalhadora que adota o Nacionalismo como expressão oportuna de uma política. É a compreensão de que só passando a segundo plano, sem negá-la ou obscurecê-la, a contradição entre a classe fornece o trabalho, e que ganha em consciência cada dia que passa, e a classe que necessita realizar-se pela capitalização de recursos nacionais e seu adequado aproveitamento, podemos substituir como nação que apresenta o Nacionalismo como solução natural e lhe dá essa força, essa penetração e esse poder catalisador que a simples observação registra (SODRÉ, 1959, p.33).

Assim, o nacionalismo seria capaz de fazer a “burguesia realizar-se como classe” e estimularia os trabalhadores a adquirir uma consciência que possibilitaria sua mobilização “a fim de partilhar do empreendimento nacional, vendo nele a abertura de perspectivas ao seu papel histórico” (SODRÉ, 1959, p.35).

No entanto, na direção oposta à de Jaguaribe (que nunca destacou a importância popular para o seu projeto nacional-desenvolvimentista), Sodré considerava que o nacionalismo deveria estruturar-se com a participação do povo<sup>14</sup>. E, por precisar de um apoio popular, ele “representa[va] um ideal democrático”. Conforme Sodré “o nacionalismo é popular, o que não pode surpreender a ninguém, uma vez que só é nacional o que é popular” (SODRÉ, 1959, p.32).

Nelson Werneck Sodré defendia, assim, novas configurações econômicas e sociais, priorizando o aumento da condição de vida e do poder aquisitivo das massas, a implantação de uma ampla reforma agrária que distribuísse propriedades aos camponeses, o fortalecimento estatal e as políticas autônomas em torno de um projeto de desenvolvimento contrário à

---

<sup>14</sup> Para Nelson Werneck Sodré, o ‘povo brasileiro’ seria formado por “partes da alta e da média burguesia que permanecem fiéis ao seu país, é a pequena burguesia que, salvo reduzidas frações corrompidas, forma com os valores nacionais e democráticos, é o numeroso campesinato que acorda para a defesa de seus direitos, é o semiproletariado e, principalmente, o proletariado, que se organiza amplamente e comanda as ações políticas. É este o povo que vai realizar a Revolução Brasileira” (SODRÉ, 1962, p.3).

hegemonia agrária, que beneficiava uma pequena parcela dessa elite sem levar em conta o bem-estar da população.

Nesse sentido, as propostas de Werneck Sodré apresentavam elementos em comum com o projeto desenvolvimentista de Jaguaribe, como a negação do dependentismo colonial, o acordo entre as diferentes classes e as críticas ao Estado arcaico. No entanto, Sodré, diferentemente de Jaguaribe, definia-se como ‘anti-imperialista’, a favor de um projeto nacional com forte caráter popular (em que o povo participaria das decisões sobre o rumo do país) e crítico da burguesia enquanto uma classe coordenadora e interessada no processo de desenvolvimento.

Já Sylvio Monteiro, em sua obra *Como atua o imperialismo ianque?* de 1963, contrapõe-se às propostas de Hélio Jaguaribe de forma mais contundente que Werneck Sodré. Em resposta ao debate sobre aceitação ou recusa à presença de capitais estrangeiros na economia, Sylvio ressalta que o uso desse capital “constitui instrumento de exploração perpétuo, como também imiscuindo-se [...] na vida das nações subdesenvolvidas, contribui para a deterioração e o aviltamento da capacidade de resistência dos respectivos povos” (MONTEIRO, 1963, p.75).

Partindo da análise imperialista do processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, Monteiro considerava que os investimentos dos Estados Unidos “infiltram-se nos setores mais importantes da nossa economia”: automobilístico, petrolífero, químico, farmacêutico, máquinas e aparelhos, vidro, cerâmica, cimento, borrachas e artefatos, papel e papelão, mineração, plástico e indústrias gráficas. Além disso, estavam presentes também em “bancos, companhias de investimento, comércio, empresas imobiliárias, hotéis, cinemas, publicações, publicidade e agropecuária” (MONTEIRO, 1963, p.79).

Assim, o autor concluiu que o Brasil “encontra[va]-se, na verdade, com sua indústria básica sob domínio estrangeiro. A indústria nacional foi alijada dos setores importantes de nossa economia e acha-se impossibilitada de recuperar qualquer posição, considerando os monstruosos recursos do capital estrangeiro” (MONTEIRO, 1963, p.80). Ele segue:

[...] O imperialismo ianque, usando solertemente dos capitais privados americanos, na penetração da econômica do Brasil, tornou o nosso país parte integrante de seu sistema econômico. Essa situação impõe ao povo brasileiro este terrível dilema: ou submeter-se, e deixar-se absorver progressivamente

como uma colônia do tipo de Porto Rico; ou reconquistar com armas nas mãos a independência, mais uma vez [...] O imperialismo ianque colocou-nos na mesma situação em que se viu a China diante do imperialismo japonês. E não tenhamos dúvida, a luta que se travará no Brasil será tão dolorosa e dura como tem sido a da Argélia para se libertar do jugo francês (MONTEIRO, 1963, p.81).

Portanto, as análises de Sylvio Monteiro, assim como as de Werneck Sodré, eram declaradamente anti-imperialistas. Essa posição foi justificada pelo autor a partir das consequências que o capital estrangeiro causava às economias subdesenvolvidas. Exaltar as vantagens desse capital seria apenas um discurso vazio, já que as empresas estrangeiras existiam com a finalidade de tirar “vantagem máxima através de lucros, juros *royalties*, direitos de patentes e segredos técnicos” e “impedir de qualquer forma que a economia local se desenvolva e se torne competitiva com a região economicamente adiantada” (MONTEIRO, 1963, p.84).

Segundo Sylvio Monteiro, os interesses imperialistas funcionavam como “válvula de sucção da economia onde exercem atuação” e causavam efeitos arrasadores nas “economias incipientes”, como miséria, instabilidade política e social, já que a sociedade passa a “girar em torno dos interesses estrangeiros” (MONTEIRO, 1963, p.85). Além do mais, os lucros gerados pela empresa estrangeira não se integrariam à economia do país em que ela estava hospedada, isto é, não contribuiriam para o bem estar da população local e nem mesmo ao seu progresso técnico.

Embora não registre o nome de Hélio Jaguaribe ou o sinalize em suas fontes, Monteiro está, neste livro, respondendo a todo tipo de iniciativa ou projeto que estimulasse a intervenção externa no Brasil. É necessário, também, atentar para as intenções do autor, que escreve após a saída de Jaguaribe do Iseb ao mesmo tempo em que a exploração petrolífera estava sendo intensamente discutida pela sociedade da época. Diante disso, Monteiro dedica quase vinte páginas a tratar da luta pela soberania do petróleo brasileiro.

Na época em que esse livro foi escrito, no início da década de 1960, a companhia *Esso Standard do Brasil Inc.* estava há quase 50 anos no Brasil. Ela inaugurou seu empreendimento com um pequeno investimento, mas, com o passar do tempo, construiu depósitos e redes de distribuição fazendo com que seus capitais mais que duplicassem. Mesmo com as

dificuldades da época, “nunca demonstraram interesse em pesquisar, lavrar ou refinar o petróleo dentro de nossas fronteiras” (MONTEIRO, 1963, p.109).

Dessa maneira, a construção da Petrobrás significaria, para Sylvio Monteiro, um “golpe nas pretensões ilícitas do imperialismo norte-americano” e representaria “verdadeiro baluarte na defesa da nossa soberania e exemplo edificante para todos os povos oprimidos” (MONTEIRO, 1963, p.110). Monteiro propôs, nesse contexto, a união do povo na luta pela independência econômica do país. Trabalhadores e estudantes deveriam somar seus esforços em defesa da Petrobrás e em oposição às grandes empresas de monopólio norte-americano.

É preciso ressaltar que o nacionalismo defendido por Sylvio Monteiro, assim como por Werneck Sodré, não apresentava características xenófobas de natureza expansionista ou fascista. Ambos autores reconheciam o nacionalismo como importante elemento político e econômico na defesa das causas populares e necessário à libertação e conquista da soberania brasileira. É assim, em nossa leitura, que Sodré e Monteiro manifestavam oposição ao projeto de Hélio Jaguaribe, isto é, negando a ideia que o Brasil se desenvolveria com ajuda alheia.

Por fim, a crítica mais profunda realizada ao nacional-desenvolvimentismo foi produzida por Wanderley Guilherme em *Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil* de 1963, uma das últimas obras publicadas pelo Iseb. Nela, o autor esclarece que a economia brasileira desse período já estava totalmente invadida pelo capital externo. Isso porque, de 1955 a 1959, a entrada de capitais vindos dos Estados Unidos para fins de investimento apresentava a taxa de 48,8%, enquanto o capital alemão atingiu 17,8% do total de capitais estrangeiros no país. Porém, como apresenta o autor, “tais dólares têm por trás de si empresas poderosíssimas e [...] a economia receptora é, em comparação com a doadora, jovem e débil” (GUILHERME, 1963, p.54) Além disso, os destinos desses capitais seguiam para setores altamente rentáveis, provocando muitas vezes a desnacionalização de empresas brasileiras.

A liberdade de circulação desses capitais levou Wanderley Guilherme a concluir que “a realidade do capitalismo brasileiro desenvolve-se entrelaçado com o imperialismo” (GUILHERME, 1963, p.55). Isso teria gerado implicações específicas ao desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil, como o fortalecimento da burguesia através de seu crescimento econômico, político e ideológico. Ela tornava-se representante e líder da expansão do

capitalismo, fortalecendo, conseqüentemente, a “consolidação do seu domínio de classe” (GUILHERME, 1963, p.57).

No que concerne ao aspecto ideológico, o poder da burguesia “manifestava-se pelo predomínio indiscutível da teoria do desenvolvimento” (GUILHERME, 1963, p.62). Entre meados da década de 1950 até 1960, o desenvolvimentismo era a ideologia dominante no Brasil, ou melhor, “a ideologia da classe dominante” (GUILHERME, 1963, p.62). Disputava-se, naquele período, qual projeto melhor refletia as necessidades do desenvolvimento brasileiro e, nessa disputa, os teóricos da burguesia estavam em vantagem. Ao ter contato com tais teóricos, Wanderley Guilherme expôs o principal elemento comum entre eles: “a necessidade de desenvolvimento em bases capitalistas de produção” (GUILHERME, 1963, p.62). Esses teóricos também insistiam que o projeto desenvolvimentista apresentava um caráter altamente tecnicista. Com isso, a população, sem conhecimentos técnicos, estaria impossibilitada de decidir sobre o futuro do país, como explica Wanderley Guilherme:

[...] Na verdade, todo o problema hoje consiste em definir o modo pelo qual deve ser realizado o desenvolvimento e não em pronunciar-se a favor do desenvolvimento puro e simples, como até algum tempo atrás. É precisamente este o ponto em que cada vez menos se toca, ou melhor dizendo, procura-se transformá-lo num problema técnico, “objetivo”, independente da parcialidade política ou de classe. Ora, a verdade é que, numa sociedade dividida em classes, todo movimento social aproveita a algumas classes e desaproveita a outras. Considerar os problemas sociais como problemas técnicos é retirar ao povo o direito de manifestar sobre eles, já que apenas aquelas pessoas qualificadas têm condições para isso. E já se sabe a que classe pertencem as pessoas qualificadas. Assim, o fato de ser o desenvolvimentismo a ideologia dominante na sociedade brasileira contemporânea, com o corolário de ser o desenvolvimento considerado como problema técnico, atesta, de modo inequívoco, a consolidação do domínio dos representantes do processo capitalista no Brasil (GUILHERME, 1963, p.62-63).

Wanderley Guilherme passou, então, a refletir sobre o papel da burguesia nacional diante do sistema capitalista-imperialista. Para o autor, “a burguesia, na perspectiva do processo global da humanidade, é uma classe historicamente em decadência” (GUILHERME, 1963, p.73). No entanto, se a população desejava libertar-se do imperialismo, esse propósito também devia ser perseguido pela burguesia nacional, que interrompia seu crescimento diante da opressão dos países imperialistas. Tratava-se de saber se a burguesia nacional enfrentaria o



principal antagonismo da sociedade brasileira: a oposição burguesia *versus* proletariado<sup>15</sup>. Na análise do autor:

[...] *Nem toda burguesia nacional brasileira, portanto, estaria necessariamente empenhada na superação do antagonismo.* [...] É que superar a contradição principal significaria submeter o processo econômico a planejamento centralizado, sob controle popular – o que, ainda quando não implique necessariamente o desaparecimento súbito e completo da empresa privada, suscitará radical oposição por parte dos grandes proprietários do capital[...]. Por isso, nem toda a burguesia nacional pode estar, objetivamente, trabalhando pelo afastamento da contradição principal, não querendo isto dizer, evidentemente, que os grandes capitalistas não tenham choques eventuais, e até sérios, com o imperialismo. (GUILHERME, 1963, p.115, grifos do autor).

De acordo com a ideologia desenvolvimentista toda burguesia nacional estava empenhada em superar o antagonismo principal. No entanto, a avaliação de Wanderley Guilherme é parcialmente distinta. Segundo esse autor, existiam dois tipos de burguesia nacional: uma interessada em assegurar sua dominação de classe (conforme aponta o trecho citado acima) e outra disposta a fazer aliança com trabalhadores, campesinato e pequenos ou médios empresários nacionais.

O reconhecimento dos limites da burguesia industrial brasileira é, em nossa análise, uma das principais divergências teóricas entre as duas fases do Iseb. Diferentemente de Hélio Jaguaribe, Wanderley Guilherme duvidou do papel conciliador da classe empresarial e afirmou que parte dela não subverteria a principal contradição da sociedade, capital *versus* trabalho. Apesar disso, ele não deixou de apostar na existência de uma burguesia mais “progressista”, abstraindo, assim, as diferenças e os conflitos de classe. Contudo, sua análise não deixa de demonstrar os dilemas da dominação burguesa no Brasil, durante a década de 1960, e, de fato, atualmente.

---

<sup>15</sup> Em *O Manifesto Comunista*, Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) explicam a principal oposição entre a burguesia e o proletariado: “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes [...]. Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolveu-se também o proletariado, a classe de operários modernos, os quais só vivem enquanto têm trabalho e só têm trabalho enquanto seu trabalho aumenta o capital. Esses operários, constrangidos a vender-se diariamente, são mercadorias, artigos de comércio como qualquer outro; em consequência, estão sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado [...]. É natural que o proletário de cada país deva, antes de tudo, liquidar com a sua própria burguesia”. (MARX; ENGELS, 2005, p.40, p.46 e p.50).

Portanto, Wanderley Guilherme foi contrário a um projeto de desenvolvimento coordenado pela burguesia industrial. Diferentemente de Nelson Werneck Sodré, Wanderley Guilherme realizou críticas ao caráter burguês da ideologia desenvolvimentista, mas sua teoria assemelha-se às propostas de Sodré no que tange à importância da participação das massas nos rumos do Brasil. Wanderley Guilherme também aproxima-se teoricamente de Sylvio Monteiro ao reconhecer o imperialismo enquanto elemento constitutivo do capitalismo nacional.

Além disso, para os três autores (Werneck Sodré, Wanderley Guilherme e Sylvio Monteiro), o capital externo representava um mal para o Brasil. Por isso, eles defenderam uma economia voltada aos interesses nacionais sem depender exclusivamente das exportações. Wanderley Guilherme também apresentou uma avançada análise sobre a constituição do capitalismo brasileiro. Segundo esse autor, o imperialismo é um fenômeno inteiramente endógeno ao sistema capitalista. Qualquer interpretação que o considere alheio ou concorrente ao sistema estava distante de uma análise objetiva da realidade. O capitalismo, o imperialismo e os setores por ele dominados, não formariam polos diferenciados. Eles seriam, na verdade, elementos de uma mesma unidade e estariam intrinsecamente ligados (GUILHERME, 1963).

O autor foi à frente em suas análises e concluiu que a principal lei que movimenta o sistema capitalista subdesenvolvido é a *Lei da produção de mais-valia tecnológica*. De acordo com essa lei, “as empresas estrangeiras traziam tecnologia superior, em comparação com as condições internas, realizando, por isso, a mais-valia tecnológica, dadas as condições de produção média no país” (GUILHERME, 1963, p.100).

Com isso, Wanderley Guilherme chegou à seguinte conclusão: “as regiões subdesenvolvidas não são outra coisa senão o produto histórico da ação do imperialismo sobre economias retardatárias” (GUILHERME, 1963, p.101). Porém, nessa análise, o autor desconsidera as relações de interesse econômico entre a burguesia nacional e os países imperialistas, ou seja, ele rejeita os fatores internos que também contribuíram para a manutenção do subdesenvolvimento. No entanto, isso não retira a importância das interpretações de Wanderley Guilherme na compreensão das contradições e antagonismos que movem o capital.

Este autor também denunciou a apologia que a teoria nacional-desenvolvimentista fazia ao sistema capitalista. Wanderley Guilherme reconhecia o alto nível científico presente nessa teoria, mas criticava seu método de alterar os problemas sociais, “no intuito de reduzi-los a questões perfeitamente superáveis pelo sistema capitalista” (GUILHERME, 1963, p.93).

A teoria desenvolvimentista caracterizava-se, segundo Wanderley Guilherme, pela defesa de dois elementos: 1) os fundamentos do capitalismo e; 2) a ideologia como um importante instrumento de superação dos problemas brasileiros. Desta forma, o anticomunismo e o antimarxismo ganhavam cada vez mais espaço entre os teóricos do desenvolvimentismo. Wanderley Guilherme denunciou, até mesmo, o cevalino Celso Furtado por “demonstrar as excelências do regime capitalista [...] ao mesmo tempo em que veicula as costumeiras infâmias quanto à forma socialista de desenvolvimento” (GUILHERME, 1963, p.93). Para Wanderley Guilherme, a preocupação com o anticomunismo distanciava os teóricos desenvolvimentistas da solução das contradições sociais do país. Na avaliação do autor, esses teóricos não estariam interessados em aprofundar as análises sobre os fenômenos sociais brasileiros. Por isso, parte de seu livro *Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil* é dedicado a compreender a origem do subdesenvolvimento e, conseqüentemente, suas contradições.

## **Conclusão**

A análise das propostas de desenvolvimento realizadas por diferentes autores ao longo das sucessivas fases do Iseb nos permite compreender as visões de mundo e as discussões presentes no momento histórico no qual elas foram construídas. Para além de desqualificar a teoria e os projetos isebianos (como já feito exaustivamente por setores conservadores e pelos intelectuais da Faculdade de Sociologia da USP) nos propusemos a apresentar as discordâncias que ocorriam dentro do próprio Instituto.

Identificamos, neste artigo, os diversos elementos que marcaram a ruptura teórica entre os autores das diferentes fases do Iseb, como: a defesa do populismo; a negação do capital estrangeiro na economia brasileira; o caráter ‘burguês’ do projeto nacional-

## AS CRÍTICAS NO “ÚLTIMO” ISEB AO PROJETO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA DE HÉLIO JAGUARIBE

desenvolvimentista; a negação da burguesia enquanto classe coordenadora do processo de desenvolvimento; o reconhecimento dos limites dessa classe e o anti-imperialismo.

Assim, chegamos à conclusão que os projetos de desenvolvimento propostos nas duas fases do Iseb estão relacionados à mudanças específicas, porém atingem os mesmos fins. Hélio Jaguaribe defendeu a extinção de uma velha estrutura colonial e sua substituição por um Estado impulsionador do processo de industrialização, coordenado pela burguesia industrial em aliança com as demais classes. Tratava-se, então, de uma mudança dentro dos moldes ‘burgueses’ clássicos. Werneck Sodré também defendeu um projeto calcado na aliança entre classes. No entanto, um projeto nacionalista, democrático, popular e reformista. Ambos os casos não sugerem, em nossa compreensão, uma revolução radical. Sylvio Monteiro não apresenta os caminhos para um projeto de desenvolvimento, já que sua obra tem como objetivo denunciar as consequências do imperialismo nos países subdesenvolvidos. E Wanderley Guilherme, crítico feroz do sistema capitalista-imperialista, propôs-se a estudar as contradições do Brasil sem também delinear os caminhos específicos de um projeto de desenvolvimento – embora demonstrasse certa disposição a realizar aliança com uma burguesia “progressista”. Concluímos, portanto, que os isebianos estudados ao longo desse artigo propuseram mudanç as dentro da ordem. Mesmo que Werneck Sodré, Wanderley Guilherme e Sylvio Monteiro apresentassem teorias e propostas mais radicais que Hélio Jaguaribe, ainda havia, no “segundo” Iseb, esperanç as com a possibilidade de um desenvolvimento no interior da lógica capitalista.

A partir da análise dessas duas fases pudemos também observar que tanto os aspectos avanç dos do projeto de Hélio Jaguaribe quanto os erros e acertos das críticas feitas por Wanderley Guilherme, Sylvio Monteiro e Werneck Sodré a esse projeto representam, em nossa compreensão, experiências progressistas empenhadas em superar o subdesenvolvimento e a dependência que há séculos marcam a história do nosso país. Não fosse por outro motivo, o Instituto não seria extinto após o golpe civil-militar de 1964, apoiado pelos EUA e pelas forç as mais conservadoras do país   época.

### *THE CRITICS IN THE “LAST” ISEB TO THE NATIONAL-DEVELOPMENT PROJECT OF HÉLIO JAGUARIBE*

## AS CRÍTICAS NO “ÚLTIMO” ISEB AO PROJETO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA DE HÉLIO JAGUARIBE

**ABSTRACT:** *This article presents the main criticisms made by the authors belonging to the “second phase” (1960 to 1964) of Iseb (Nelson Werneck Sodré, Sylvio Monteiro, and Wanderley Guilherme) about the national-development project developed by Hélio Jaguaribe during the “first phase” of the Institute (1955 to 1960). We also analyze primary documents to show similarities and/or differences between the theoretical conceptions used in both phases of Iseb. By doing so, we find that the opposition of these last Isebian to the Jaguaribe proposals was related to, among other aspects, their anti-populism, accepting foreign capital in the Brazilian economy, and anti-imperialism.*

**KEYWORDS:** *Iseb. Developmentalism; the history of Brazilian economic thought. Underdevelopment.*

### REFERÊNCIAS

- ABREU, A. A. de. A ação política dos intelectuais do Iseb. In: TOLEDO, C. N. (Org.). **Intelectuais e a política no Brasil: a experiência do Iseb.** Rio de Janeiro: Revan, 2005. p.97-117.
- ALMEIDA, C. M. de. Iseb fundação e ruptura. In: TOLEDO, C. N. (Org.). **Intelectuais e a política no Brasil: a experiência do Iseb.** Rio de Janeiro: Revan, 2005. p.13-30.
- BARIANI Jr., E. Recenseamento bibliográfico em torno do ISEB. In: TOLEDO, C. N. (Org.). **Intelectuais e a política no Brasil: a experiência do Iseb.** Rio de Janeiro: Revan, 2005. p.233-252.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. O conceito de desenvolvimento do Iseb rediscutido. **Textos para Discussão**, São Paulo, n.137, 2004. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/1891/TD137.pdf;jsessionid=02DA87AE72574454CEF0DC4C0A93611E?sequence=>>>. Acesso em: 10 ago. 2018.
- GUILHERME, W. **Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil.** Rio de Janeiro: MEC: Iseb, 1963.
- JAGUARIBE, H. O Iseb e o desenvolvimento Nacional. In: TOLEDO, C. N. (Org.). **Intelectuais e a política no Brasil: a experiência do Iseb.** Rio de Janeiro: Revan, 2005. p.34.
- JAGUARIBE, H. **O nacionalismo na atualidade brasileira.** Rio de Janeiro: MEC: Iseb, 1959.
- JAGUARIBE, H. **Condições institucionais do desenvolvimento.** Rio de Janeiro: MEC: Iseb, 1958.

LOVATTO, A. **Os cadernos do povo brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960: um projeto de Revolução Brasileira**. 2010. 386f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/4175/1/Angelica%20Lovatto.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

LOVATTO, A. A utopia nacionalista de Hélio Jaguaribe: os tempos do Iseb. **Lutas sociais**, São Paulo, v. 3, p. 59-88, 1997. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18983/pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MONTEIRO, S. **Como atua o imperialismo ianque?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

SANTOS, J. R. dos. História nova: conteúdo histórico do último Iseb. In: TOLEDO, C. N. (Org.). **Intelectuais e a política no Brasil: a experiência do Iseb**. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p.43-58.

SODRÉ, N. W. **A verdade sobre o Iseb**. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

SODRÉ, N. W. **Quem é o povo no Brasil?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

SODRÉ, N. W. **Raízes históricas do nacionalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Iseb, 1959.

TOLEDO, C. N. (Org.). **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

TOLEDO, C. N. Intelectuais do Iseb, esquerda e marxismo. In: MORAES, J. Q. (Org.). **História do marxismo no Brasil**. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1998. v.3. p.245-274.

TOLEDO, C. N. **Iseb: Fábrica de ideologias**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1982.